

Que democracia é esta?

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília

Quando a história da democracia brasileira for escrita, o primeiro de abril será a data de suas duas mortes. Em 1964, com o golpe militar; e em 2022, com o encerramento da janela para mudança partidária aos que desejam ser candidatos em outubro. A primeira morte suspendeu o funcionamento democrático por 21 anos, um quarto de nossa história republicana; a segunda matou os partidos como instrumento de condução das causas públicas do país.

Até pouco tempo atrás, os presidentes de partido portavam bandeiras com utopias e reformas, agora escolhem entre carregar o cofre com dinheiro do fundo eleitoral, ou o caixão para enterrar sua sigla. Não se tem notícias de candidato mudando de partido em busca de bandeiras mais sintonizadas com seus princípios, nem de presidente atraindo filiados com oferta de melhores ideias e propostas para o futuro do Brasil, ou barrando imigrantes partidários por serem indesejáveis moral ou ideologicamente. As trocas de partidos foram causadas pela busca de mais recursos para financiar campanhas políticas.

Em nome de promover a democracia, o fundo eleitoral corrompeu a democracia. Desde seu início, foi uma proposta corruptora ao ludibriar a opinião pública, dizendo que bilhões de reais são necessários para fazer a democracia funcionar: corrupção nas prioridades, ao tirar dinheiro de gastos essenciais e usá-los para financiar propaganda e mesmo compra de votos.

Que democracia é esta que requer desviar tantos recursos para financiar campanhas eleitorais e pedir votos para eleitores sem comida, sem segurança, sem emprego, sem escola? Esse montante exorbitante só se explica pelo alto custo de enganar eleitores que precisam acreditar em ilusões para justificar seus votos em uma democracia que não respeita suas necessidades.

Corrupção também no comportamento dos candidatos que mudam de partido em troca de formidáveis quantias, sem preocupação com as bandeiras e reformas que deveriam carregar. No lugar de atração pelo brilho das propostas “se orientam pelo brilho do ouro”, nas palavras do Carlos Lupi.

Corrupção mental dos filiados, ao tornar obsoleto o sentimento de que militância política deve ter o propósito de usar bem o dinheiro público, para realizar prioridades que atendam às necessidades sociais e às estratégias para o pleno desenvolvimento do Brasil.

Corrupção dos dirigentes que se veem obrigados a optar entre comprar novos filiados com dinheiro do fundo ou ver sua sigla definhando e morrer, ao não romper a cláusula de barreira com um número mínimo de deputados federais.

Que democracia é esta que promove alguns partidos, ao oferecer dinheiro público aos que tiveram capacidade de eleger mais deputados na eleição anterior, criando o círculo vicioso dos grandes de hoje crescerem mais no futuro pela simples razão de serem maiores?

Em sua forma atual, a democracia brasileira morre por causa de um círculo vicioso e perverso: dinheiro público retirado de prioridades sociais imediatas e de estratégias para o futuro, usado para financiar partidos e candidatos sem bandeiras para o país.

Que democracia é esta, com eleições financiadas para que perdem partidos e políticos pescados com a isca do dinheiro público, que poderia ter servido para enfrentar os problemas nacionais?

Grave é que essas constatações provocam propostas de combater sua corrupção, matando a democracia. Devido ao absurdo desse círculo vicioso corrupto criado na democracia, cresce a proposta de matá-la para matar sua corrupção. Essa solução seria ainda pior, porque a corrupção não poderia ser criticada nem denunciada.

Por isso, para muitos, criticar o fundo eleitoral e a janela partidária, criticar erros da democracia seria como criticar a própria democracia, incentivar discursos autoritários. Mas que democracia seria esta em que suas falhas não devem ser denunciadas por medo de ameaçá-la?

A omissão não é a forma correta de combater os defeitos da democracia atual. Para tentar construir uma democracia lícita e lúcida, é preciso denunciar a democracia corrompida, buscando superar seus erros e estruturar uma democracia decente, com partidos de bandeiras, não de cofre.

Um choque na economia

» RODRIGO FERREIRA
Presidente-executivo da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)

A sociedade está relativamente alheia a uma das mais importantes reformas da nossa economia, a do setor elétrico. Preses a ser aprovada no Congresso Nacional, ela apresenta perspectiva de impactar significativamente a vida e o bolso dos brasileiros, com potencial para causar transformação similar à ocorrida a partir da privatização das telecomunicações e da ascensão dos bancos digitais. Já aprovado no Senado Federal, o PL 414/2021 determina que, em até 42 meses, todos os consumidores tenham o direito de escolher o próprio fornecedor de energia elétrica e exercer a portabilidade da conta de luz.

A permissão para escolher um novo fornecedor de energia elétrica causará competição pelo consumidor, com benefícios na forma de preços reduzidos, melhores serviços e produtos customizados. Será um verdadeiro choque na economia, com potencial de gerar, até 2035, R\$ 210 bilhões de redução nos gastos com energia elétrica, 642 mil empregos e um desconto médio de 27% na compra de energia. Essa redução no preço da energia, que é um dos componentes da tarifa, permitirá uma diminuição média na conta de luz de 15%, benefícios que contribuirão para desacelerar em 0,61 ponto percentual o IPCA.

Não é pouca coisa. Somente em 2021, por exemplo, o IPCA subiu 10,06%, enquanto a tarifa de energia elétrica aumentou 21,21%, com impacto de 0,98pp no índice oficial de inflação. Em período mais abrangente, entre 2015 e 2021, enquanto o IPCA registrou variação de 6,7% ao ano, a tarifa da energia elétrica residencial registrou um aumento médio anual de 16,3%, ou 137% acima da inflação. Nesse mesmo período, os preços do mercado livre subiram apenas 36%, ou 25% abaixo da inflação.

Essa escalada nas tarifas reguladas de energia tem sido percebida pela sociedade. Desde 2015, entre 80% e 90% dos brasileiros vêm indicando, ano após ano, que o preço da energia está caro ou muito caro, segundo pesquisas anuais conduzidas pelo Ibope e Datafolha. Além disso, é recorde a vontade da população de poder escolher o seu fornecedor de energia, pois 8 em cada 10 brasileiros desejam a portabilidade da conta de luz.

É importante ressaltar que as distribuidoras continuarão a entregar eletricidade para cada consumidor. Já a energia elétrica propriamente dita poderá ser comprada de centenas de comercializadoras existentes em um ambiente competitivo.

Atualmente, há apenas 10 mil consumidores no mercado livre de energia. É uma quantidade muito pequena, que representa 0,029% dos 87 milhões de consumidores, contingente composto por grandes indústrias e comércios. Com a aprovação do PL 414/2021, todos os consumidores, grandes ou pequenos, serão livres para escolherem o próprio fornecedor de energia elétrica.

Quando isso ocorrer, um enorme mercado de varejo começará a surgir, gerando investimentos em propaganda e digitalização não somente nas atividades de atendimento ao consumidor, mas principalmente nas de comercialização de produtos e serviços, onde os principais itens do catálogo serão a opção por energia renovável, condições especiais de preço e prazo, serviços adicionados no pacote de acordo com o perfil do cliente, pontos em programas de milhas e descontos para gasolina e supermercado, por exemplo. Onde o mercado livre de energia é realidade (toda a Europa, Japão, Austrália, entre outros), o consumidor é disputado — e também bajulado — constantemente.

Estabelecer um cronograma curto e exequível para abertura integral do mercado livre é uma das poucas boas notícias que o setor elétrico pode dar aos brasileiros após anos de sucessivos aumentos, alguns da ordem de dois dígitos.

Os números mostram que o acesso irrestrito ao ambiente de livre contratação de energia para todos os brasileiros trará benefícios econômicos e sociais significativos, ajudando a reduzir custos, gerar empregos, incrementar a produtividade e desacelerar a inflação. Os avanços tecnológicos e a criação de um novo mercado de varejo no Brasil vão impulsionar o surgimento de mais empresas e postos de trabalho, enfrentando sem subsídios e contorcionismos contábeis um problema premente, que é a escalada do preço da eletricidade no país. A reforma regulatória do setor elétrico, refletida no PL 414/2021, precisa ser concluída neste semestre, antes do processo eleitoral que se avizinha, oferecendo, depois de muitos anos de más notícias, uma boa-nova ao consumidor brasileiro.

Educação profissionalizante pode ser a saída para o desemprego

» MARCELO CESTARI
Representante de Mato Grosso no Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT)

A educação profissionalizante é uma das saídas para a diminuição do alto índice de 13,9 milhões de brasileiros que estão desempregados. O setor, que atua na base econômica e estrutural do país, tem ainda um amplo mercado de trabalho que pode ser exercido por profissionais que estejam legalmente habilitados.

Cerca de 20,4% dos empregos formais no país são técnicos. E esse índice poderia ser ainda maior. Porém, o desrespeito às nossas prerrogativas profissionais causa uma série de impactos negativos.

Uma delas é o achatamento do valor da remuneração apresentada aos profissionais, devido a chamada “concorrência desleal”, que ocorre porque pessoas atuam ilegalmente ou como técnicos irregulares prejudicando a sociedade e os profissionais que atuam dentro da legalidade e devidamente registrados. Esse desrespeito desanima os jovens a procurar cursos profissionalizantes.

Está claro que o país precisa de mais políticas de apoio para o ensino profissionalizante. Ainda não

temos muitas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do empreendedorismo na área técnica industrial. Em países desenvolvidos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cerca de 48% dos estudantes do ensino médio fazem educação profissional.

No Brasil, país que conta com 20,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) pertencente a área industrial, o índice de jovens que estão em busca da educação técnica é de 10%. Isso é uma demonstração clara do baixo incentivo que essas pessoas enxergam na nossa categoria. O Conselho Federal de Técnicos Industriais (CFT) deve atuar de forma enfática nessa questão.

Os técnicos industriais representam aproximadamente 650 mil trabalhadores que atuam nos mais diversos setores como telecomunicações, energia e transporte. Apesar de ser uma categoria antiga, o CFT foi criado tardiamente em 2018.

A criação do CFT foi o primeiro passo para um grande avanço. Mas, estamos diante de um outro

divisor de águas. As mudanças constantes no mercado de trabalho, com a chegada da chamada Indústria 4.0, também conhecida como a 4ª Revolução Industrial, trazem uma nova perspectiva da necessidade de aperfeiçoamento industrial, que trará impactos diretos sobre o mercado.

Tivemos grandes desafios vencidos, que foi o reconhecimento da nossa profissão e agora já estamos lidando com essa questão magnânima que envolve toda uma revolução na forma de trabalho. Precisamos vencer os desafios que essa nova indústria nos traz para continuar prestando um serviço de qualidade. E isso, mais uma vez, irá passar pela qualificação profissional dos trabalhadores.

Consideradas como imprescindíveis para a área industrial e infraestrutura, as profissões técnicas englobam uma série de setores como a mineração, metalurgia, indústria química e naval, telefonia, energia elétrica, entre outras. Precisamos redimensionar ações para que os conselhos regionais realizem fiscalizações efetivas e eficazes com responsabilidade.

